



Número: **0030298-40.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MARIA JOSE BARBOSA DA SILVA (AUTOR)	RENATHA CATHARINA CAVALCANTI E SILVA (ADVOGADO)
CARMEM CYBELE BARBOSA DA SILVA (AUTOR)	RENATHA CATHARINA CAVALCANTI E SILVA (ADVOGADO)
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64283747	07/07/2020 13:47	Petição Inicial	Petição Inicial
64283750	07/07/2020 13:47	CamScanner 07-01-2020 15.12.33_1	Procuração
64283751	07/07/2020 13:47	docs maria jose e carmem . morte adenilton	Documento de Comprovação
64326763	08/07/2020 07:19	Despacho	Despacho
64587336	13/07/2020 15:02	Intimação	Intimação
65509094	30/07/2020 10:54	Petição	Petição
65509099	30/07/2020 10:54	declaração maria jose frente	Documento de Comprovação
65509100	30/07/2020 10:54	declaração maria jose verso	Documento de Comprovação
65509101	30/07/2020 10:54	declaração camem cybele	Documento de Comprovação
65515152	30/07/2020 11:44	Despacho	Despacho
65752555	04/08/2020 12:53	Intimação	Intimação

MARIA JOSE BARBOSA DA SILVA, Brasileira, viúva, autônoma, inscrita no CPF: 360610504-53, portadora da cédula de RG n. 2886823 SDS/PE, residente na Rua Almotacel José Lins Alves Camelo, nº 85, Otácio de Lemos, Limoeiro - PE – Cep. 55700-000 e **CARMEM CYBELE BARBOSA DA SILVA**, Brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF: 062679464-10, portadora da cédula de RG n. 30467042-5 SECC/RJ, residente na Rua 49, Quadra 163, Casa 2, Lote 29, Jardim Atlantico, Itaipuaçu, Maricá - RJ – Cep. 24934-305, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por sua advogada infra-assinada (instrumento de procuração – doc. Anexo), com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74, no artigo 319 e seguintes do Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover **AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT**, em face de **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ n. 33.054.826/0001-92, situada à Av. Marquês de Olinda – 175 – Recife Antigo – Recife – PE, CEP – 50.030 – 000 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro - RJ, CEP. 20031-205, pelo que declara e passa a expor:

DOS FATOS E DO DIREITO:

No dia 03 de julho de 2019, **EDENILTON JOSE DA SILVA**, foi vítima de acidente automobilístico, tal incidente resultou em sua **MORTE**, tudo conforme **Certidão de Óbito**, em anexo.

Sendo **MARIA JOSÉ BARBOSA DA SILVA**, esposa legítima e **CARMEM CYBELE BARBOSA DA SILVA** filha legítima, ambas são as únicas herdeiras de **EDENILTON JOSE DA SILVA**, vítima de acidente automotor, e ambas tem o direito de receber 50% (cinquenta por cento) do valor da indenização, ou seja **R\$ 6.750,00 (seis, setecentos e cinquenta reais)** para cada uma, conforme a aplicação da Lei 6.194/74 (**Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não**); conforme art. 3, alínea “b” que dispõe:

“Art. 3 Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

- a) **R\$ 13,500,00 (treze mil e quinhentos reais)** – no caso de morte;
- b) omissis
- c) omissis.

Faz, assim, as requerentes, jus a receber a indenização do seguro DPVAT na quantia de **R\$ 6.750,00 (seis, setecentos e cinquenta reais)** para cada uma, totalizando o valor de **R\$ 13,500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação do valor



da indenização do seguro DPVAT, **por invalidez**, sendo que nada receberam até a presente data.

As requerentes não podem admitir a recusa, por entenderem contrariar o texto legal, motivo pelo qual **propõe a presente ação**, afim de receberem o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que, por lei, lhe são devidos.

Outro ponto que chama atenção são os documentos que instruem o presente pedido, onde resta comprovado o acidente, bem como o dano sofrido pelo Requerente, em total consonância com o art. 5, da lei 6.194/74.

Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 7656/95 - Reg. 46-2 Cod. 95.001.07656 SEXTA CÂMARA - Unânime Juiz: RONALD VALLADARES - Julg: 12/12/95 INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. D.P.V.A.T. Ação de cobrança de indenização securitária (caso do DPVAT sob a disciplina do art. 7. da Lei n. 6194/74, com as alterações da Lei 8441/92) Seguro obrigatório e de interesse social. Requerente sucessor legítimo de vítima de acidente (queda de caminhão) ocorrido quando estava sendo transportada em veículo automotor em circulação. Caso de morte causada apenas por veículo não identificado. Dever legal da companhia seguradora, que opera no ramo do referido seguro obrigatório, de indenizar, considerado o disposto no art. 7., parags. 1. e 2. , da Lei 6194. Requisitos e condições da ação comprados nos autos. Inexistência de inconstitucionalidade dos dispositivos legais instituidores da modalidade indenizatória do seguro.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade rejeitada. A indenização por morte em acidente de transito e devida, mediante simples prova do acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 5220/96 - Reg. 2933-3 Cod. 96.001.05220 QUINTA CÂMARA - Unânime Juiz: MARCUS TULLIUS ALVES - Julg: 07/08/96 DPVAT. RETROATIVIDADE DA LEI. INTERESSE PUBLICO. O principio da irretroatividade legal sofre exceção diante do interesse publico, de forma a permitir diante da natureza que os efeitos da lei nova alcance situações pretéritas, conquanto, ai os atos não se encontram concluídos e as situações. que deles poderiam recorrer, não se acham definitivamente constituídas.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatorias a titulo de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido



indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. **A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas.** Apelo da ré que se dá provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

No que concerne ao posicionamento do **Superior Tribunal de Justiça**, há de ser posto o seguinte:

SÚMULA n. 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

- 1) Autorizar os benefícios da **assistência judiciária gratuita**, consoante Lei Federal n. 1.060/50 por ser o Autor pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;
- 2) a citação do requerido por meio postal, nos termos do art. [246](#), inciso I, do [CPC/2015](#);
- 3) A parte opta pela não designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do art. [319](#), VII, do [CPC/2015](#), porém requer de imediato a realização da perícia judicial considerando o acordo firmado entre o Tribunal de Justiça e a Ré, por meio do ofício 005/2015, que fixou em R\$ 200,00 (duzentos reais) os honorários de perito que deverão ser suportados pela parte demandada e depositados em juízo até 15 dias após a conclusão da perícia, requerendo, de logo, que seja nomeado perito, para audiência de perícia e conciliação;
- 4) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, relativo ao **VALOR INTEGRAL** da indenização, o que atualmente perfaz a quantia de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, sendo **R\$ 6.750,00 (seis, setecentos e cinquenta reais)** para cada uma das autoras herdeiras, com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no Art. 3, alínea “b”, da Lei n 6.194/74;
- 5) Condenar a Ré a pagar **honorários advocatícios** no importe de 20% (vinte por cento) sob o valor da causa.

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta exordial.

Dá-se a esta o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
Recife, 07 de julho de 2020.



Renatha Catharina Cavalcanti e Silva
Advogada – OAB/PE 22.362

